

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA

CADERNO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS

**CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS PORTÁTEIS DE MEDIÇÃO DE GASES**

CP/6/2021/SE

CADERNO DE ENCARGOS

Janeiro de 2021

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

- I. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de **Equipamentos Portáteis de Medição de Gases**, com observância das especificações técnicas constantes do **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 1. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 3. O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 4. A proposta;
 5. Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário;
 6. O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

- I. O contrato inicia-se no dia seguinte ao da sua celebração, mantendo-se em vigor pelo prazo de 90 dias durante o decurso do qual terá lugar a entrega dos bens ao contraente público, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei e sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico;
- d) O adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos do contraente público, assinando para o efeito as Declarações de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, que fazem parte integrante do processo patenteado a concurso.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

- a) O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo II ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
- b) Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- c) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
- d) O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens

- 1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues, no prazo de 90 dias, nas instalações da Águas do Centro Litoral, S.A., sitas na ETA da Boavista, Avenida Dr. Luis Albuquerque, 3030-410 Coimbra.
- 2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 7.^a

Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega dos bens, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 5 (*cinco*) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no Anexo I ao presente caderno de encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo II ao presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre o produto fornecido, sendo efetuada através da verificação e conformidade do bem, mediante as características propostas pelo fornecedor e mediante o uso que lhe será dado.
3. Durante a fase da realização de testes, o adjudicatário deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo II ao presente caderno de encargos, o contraente público deve informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das alterações ou substituições necessárias pelo adjudicatário no prazo respetivo, o contraente público procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Aceitação dos bens e transferência da propriedade

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 7.^a comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo II ao presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens para o contraente público, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º I não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo II ao presente caderno de encargos.

Cláusula 10.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da data da assinatura do auto de receção dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo II ao presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o contraente público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo contraente público e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 11.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Cláusula 12.^a

Dever de sigilo

- a) O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- b) O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- c) O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
- d) O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.^a

Tratamento de dados pessoais

- a) No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
- b) O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
- c) O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
- d) O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
- e) O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
- f) O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
- g) Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.

- h) O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
- i) O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
- j) Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
- k) Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
- l) O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
- m) O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 14.^a

Conservação de dados pessoais

- a) O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
- b) Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 15.^a

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 16.^a

Preço contratual e preço base

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço base é de €35.065,00 (trinta e cinco mil e sessenta e cinco euros)
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.^a

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 18.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário ao contraente público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, as faturas são emitidas pelo adjudicatário em formato papel.

3. Decorrido o período transitório referido no número anterior, as faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário devem conter, para além do definido no n.º I do artigo 299.º-B do CCP, a informação complementar identificada em especificação do UBL, a ser disponibilizada pelo contraente público.
4. Para efeitos do número anterior, a emissão de faturas deve ser efetuada em formato XML certificado, acompanhado do respetivo PDF, sendo remetida para o endereço de correio eletrónico a ser indicado pelo contraente público.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelo contraente público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo contraente público, identificado no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público¹.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*)

¹ Também é possível indicar, desde logo, as entidades para as quais a cessão da posição contratual é autorizada no próprio contrato.

dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 1. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens, até 10% do valor do contrato;
 2. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 5% do valor do contrato;
 3. Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento dos bens, até 10% do valor do contrato;
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% do valor global do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22.^a

Força maior

- a) Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
- b) Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 1. Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 2. Sejam alheias à sua vontade;
 3. Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 4. Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
- c) Não constituem força maior, designadamente:
 1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na

parte em que intervenham;

2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- d) A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
- e) A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato por parte do contraente público

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, na caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - I. Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a um mês ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

- a) O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- b) Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- c) A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 26.^a

Comunicações

- a) Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico.
- b) Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
- c) Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 27.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 28.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 29.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES DOS BENS A FORNECER

Item	Modelo	Quantidades
1	Medidor de Gases Portátil Tipo A	25
2	Medidor de Gases Portátil Tipo B	4
3	Medidor de Gases Portátil Tipo C	2
4	Docking Station Tipo A	1
5	Docking Station Tipo B	1
6	Regulador de Caudal	1
7	Leitor de Cartões	1
8	Carregadores Portáteis	5

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM I - MEDIDOR DE GASES PORTÁTIL TIPO A

1. Marca e Modelo
 - a. Tipo Ventis Pro4 ou equivalente
2. Características Técnicas
 - a. Detetor portátil multigás com 4 sensores incorporados: CO, O₂, H₂S e LEL (CH₄)
 - b. Carregador de bateria
 - c. Garantia de dois anos, incluindo sensores e bateria
 - d. Policarbonato c/ revestimento protetor emborrachado
3. Dimensões
 - a. 104mm x 58 mm x 36 mm (4,1" x 2,3" x 1,2") bateria de íon de lítio
4. Peso
 - a. 200g
5. Teclado
 - a. Dois botões para operação.
6. Intervalos de funcionamento
 - a. Temperatura: -40°C +50 °C
7. Display
 - a. Visor de Cristal Líquido (LCD) com Luz de Fundo
8. Fonte de alimentação
 - a. Conjunto de baterias recarregáveis de íon de lítio de duração estendida com LEL (23 horas típico a 20 °C) – sem bomba
9. Alarmes
 - a. Quatro LEDs de alarme visual (dois vermelhos, dois azuis);
 - b. Alarme audível de 95 decibéis (dB) a uma distância de 10 cm (3,94 in);
 - c. Alarme vibratório
10. Sensores instalados
 - a. Gases Combustíveis: 0 - 100% LEL em incrementos de 1%
 - b. Oxigénio (O₂) 0 - 30% de vol. em incrementos de 0,1%
 - c. Monóxido de Carbono (alto) 0 - 1.000 ppm em incrementos de 1 ppm
 - d. Sulfureto de Hidrogénio (H₂S): 0 - 500 ppm em incrementos de 0,1 ppm

ITEM 2 - MEDIDOR DE GASES PORTÁTIL TIPO B

1. Marca e Modelo
 - a. Tipo Ventis MX6 iBrid ou equivalente
2. Características Técnicas
 - a. Detetor portátil multigás com 6 sensores: O₂, CL₂ + 4 livres para utilização
 - b. Carregador de bateria
 - c. Garantia de dois anos, incluindo sensores e bateria
 - d. Lexan/ABS/Aço Inoxidável c/revestimento protetor emborrachado
3. Dimensões
 - a. 135 mm x 77 mm x 43 mm (5,3" x 3,05" x 1,7") – sem bomba
4. Peso
 - a. 409 g (14,4 oz) típico – sem bomba
5. Intervalos de funcionamento
 - a. Temperatura: -20°C +55 °C
6. Display
 - a. Visor de Cristal Líquido (LCD) com Luz de Fundo
7. Fonte de alimentação
 - a. Conjunto de bateria recarregável de íon de lítio de duração estendida* (36 horas)
8. Sensores instalados
 - a. Oxigênio (O₂) 0 – 30% de vol. em incrementos de 0,1%
 - b. Cloro (Cl₂) 0 – 50 ppm em incrementos de 0,1 ppm
9. Certificações:
 - a. UL: Classe I, Grupos A,B,C,D T4; Classe II, Grupos F,G; AEx ia d IIC T4
 - b. CSA: Classe I, Grupos A,B,C,D T4; Ex d ia IIC T4
 - c. MSHA: CFR30, Parte 22, Intrinsecamente seguro para misturas metano/ar
 - d. ATEX: Ex ia IIC T4 Ga / Ex ia I Ma; IP65
 - e. IECEx: Ex ia IIC T4 Ga / Ex ia I
 - f. ANZEx: Ex ia s Zona 0 I, IP64 Asp., IP65 Dif. Ex ia s Zona 0 IIC T4
 - g. INMETRO: BR - Ex ia d IIC T4 Gb
 - h. KOSHA: Ex d ia IIC T4

ITEM 3 - MEDIDOR DE GASES PORTÁTIL TIPO C

1. Marca e Modelo
 - a. Tipo Ventis MX6 iBrid ou equivalente
2. Características Técnicas
 - a. Detetor portátil multigás com 6 sensores: O₂, CL₂, H₂S, CO, LEL (CH₄) e um espaço livre
 - b. Carregador de bateria
 - c. Garantia de dois anos, incluindo sensores e bateria
 - d. Lexan/ABS/Aço Inoxidável c/revestimento protetor emborrachado
3. Dimensões
 - a. 135 mm x 77 mm x 43 mm (5,3" x 3,05" x 1,7") – sem bomba
4. Peso
 - a. 409 g (14,4 oz) típico – sem bomba
5. Intervalos de funcionamento
 - a. Temperatura: -20°C +55 °C
6. Display
 - a. Visor de Cristal Líquido (LCD) com Luz de Fundo
7. Fonte de alimentação
 - a. Conjunto de bateria recarregável de íon de lítio de duração estendida* (36 horas)
8. Sensores instalados
 - a. Oxigénio (O₂) 0 – 30% de vol. em incrementos de 0,1%
 - b. Cloro (Cl₂) 0 – 50 ppm em incrementos de 0,1 ppm
 - c. Gases Combustíveis: 0 - 100% LEL em incrementos de 1%
 - d. Monóxido de Carbono (alto) 0 - 1.000 ppm em incrementos de 1 ppm
 - e. Sulfureto de Hidrogénio (H₂S): 0 - 500 ppm em incrementos de 0,1 ppm
9. Certificações:
 - a. UL: Classe I, Grupos A,B,C,D T4; Classe II, Grupos F,G; AEx ia d IIC T4
 - b. CSA: Classe I, Grupos A,B,C,D T4; Ex d ia IIC T4
 - c. MSHA: CFR30, Parte 22, Intrinsecamente seguro para misturas metano/ar
 - d. ATEX: Ex ia IIC T4 Ga / Ex ia I Ma; IP65
 - e. IECEx: Ex ia IIC T4 Ga / Ex ia I
 - f. ANZEx: Ex ia s Zona 0 I, IP64 Asp., IP65 Dif. Ex ia s Zona 0 IIC T4
 - g. INMETRO: BR - Ex ia d IIC T4 Gb
 - h. KOSHA: Ex d ia IIC T4

ITEM 4 - DOCKING STATION TIPO A

1. Marca e Modelo
 - a. Tipo DSXi - Cloud | Compatível com MX4 ou equivalente
2. Características Técnicas
 - a. Operação automática de testes de verificação
 - b. Gestão de todos os detetores
 - c. Licença de utilização do Software
 - d. Equipamento Conectado a Nuvem
3. Dimensões
 - a. Equipamentos com 4 gases: A: 24,9 cm; L: 16,9 cm; P: 27,3 cm
4. Entradas de Gás
 - a. Versão de 3 Portas: Uma de ar ambiente, duas de gás de calibração
5. Taxa de Fluxo da Bomba
 - a. 1,2 SCFH (550 mL / min)
6. Comunicação
 - a. 10 / 100 Suporte a Ethernet, Conexão RJ-45 Categoria 5
7. Display
 - a. LCD matriz de 128 x 64 pontos
 - b. Modos Multilíngues - Inglês, espanhol, francês, alemão e português
8. Intervalos de funcionamento
 - a. Temperatura: 0°C +50 °C
 - b. Humidade: 0% - 80% de humidade relativa a até 30°C, caindo linearmente a 50% a 50°C
9. Classificação da fonte de alimentação externa
 - a. Voltagem da fonte: 100-240 VCA/12 VCC
 - b. Intervalo de frequência: 50-60 Hz
 - c. Corrente nominal: 5A
10. Funcionalidades
 - a. Configurar e gerenciar os equipamentos
 - b. Utilização de qualquer navegador de dispositivo móvel ou PC habilitado para a web
 - c. Consultar registo de dados
 - d. Efetuar Teste de Resposta e Calibração
 - e. Imprimir Certificados e Relatórios
 - f. Programação de Eventos, alertas por e-mail e atualizações de software automáticas

ITEM 5 - DOCKING STATION TIPO B

1. Marca e Modelo
 - a. Tipo DSXi - Cloud | Compatível com MX6 iBrid ou equivalente
2. Características Técnicas
 - a. Operação automática de testes de verificação
 - b. Gestão de todos os detetores
 - c. Licença de utilização do Software
 - d. Equipamento Conectado a Nuvem
3. Dimensões
 - a. Equipamentos com 4 gases: : A: 25,3 cm; L: 16,9 cm ; P: 27,3 cm
4. Entradas de Gás
 - a. Versão de 3 Portas: Uma de ar ambiente, duas de gás de calibração
5. Taxa de Fluxo da Bomba
 - a. 1,2 SCFH (550 mL / min)
6. Comunicação
 - a. 10 / 100 Suporte a Ethernet, Conexão RJ-45 Categoria 5
7. Display
 - a. LCD matriz de 128 x 64 pontos
 - b. Modos Multilíngues - Inglês, espanhol, francês, alemão e português
8. Intervalos de funcionamento
 - a. Temperatura: 0°C +50 °C
 - b. Humidade: 0% - 80% de humidade relativa a até 30°C, caindo linearmente a 50% a 50°C
9. Classificação da fonte de alimentação externa
 - a. Voltagem da fonte: 100-240 VCA/12 VCC
 - b. Intervalo de frequência: 50-60 Hz
 - c. Corrente nominal: 5A
10. Funcionalidades
 - a. Configurar e gerenciar os equipamentos
 - b. Utilização de qualquer navegador de dispositivo móvel ou PC habilitado para a web
 - c. Consultar registo de dados
 - d. Efetuar Teste de Resposta e Calibração
 - e. Imprimir Certificados e Relatórios
 - f. Programação de Eventos, alertas por e-mail e atualizações de software automáticas

ITEM 6 - REGULADOR DE CAUDAL

- a. Regulador de caudal c/ pressostato
- b. Para cilindros de alumínio

ITEM 7 - LEITOR DE CARTÕES

- a. Leitor de Cartões para cilindros de calibração tipo iGas® Reader ou equivalente

ITEM 8 - CARREGADORES PORTÁTEIS

- a. Carregador de MEDIDOR DE GASES PORTÁTIL TIPO A para automóveis de unidade única com um plug de 12VDC
- b. Com uma alça em Velcro para manter o instrumento no lugar